

MARIA CHRISTINA BARREIROS

TRIBUTÁRIO

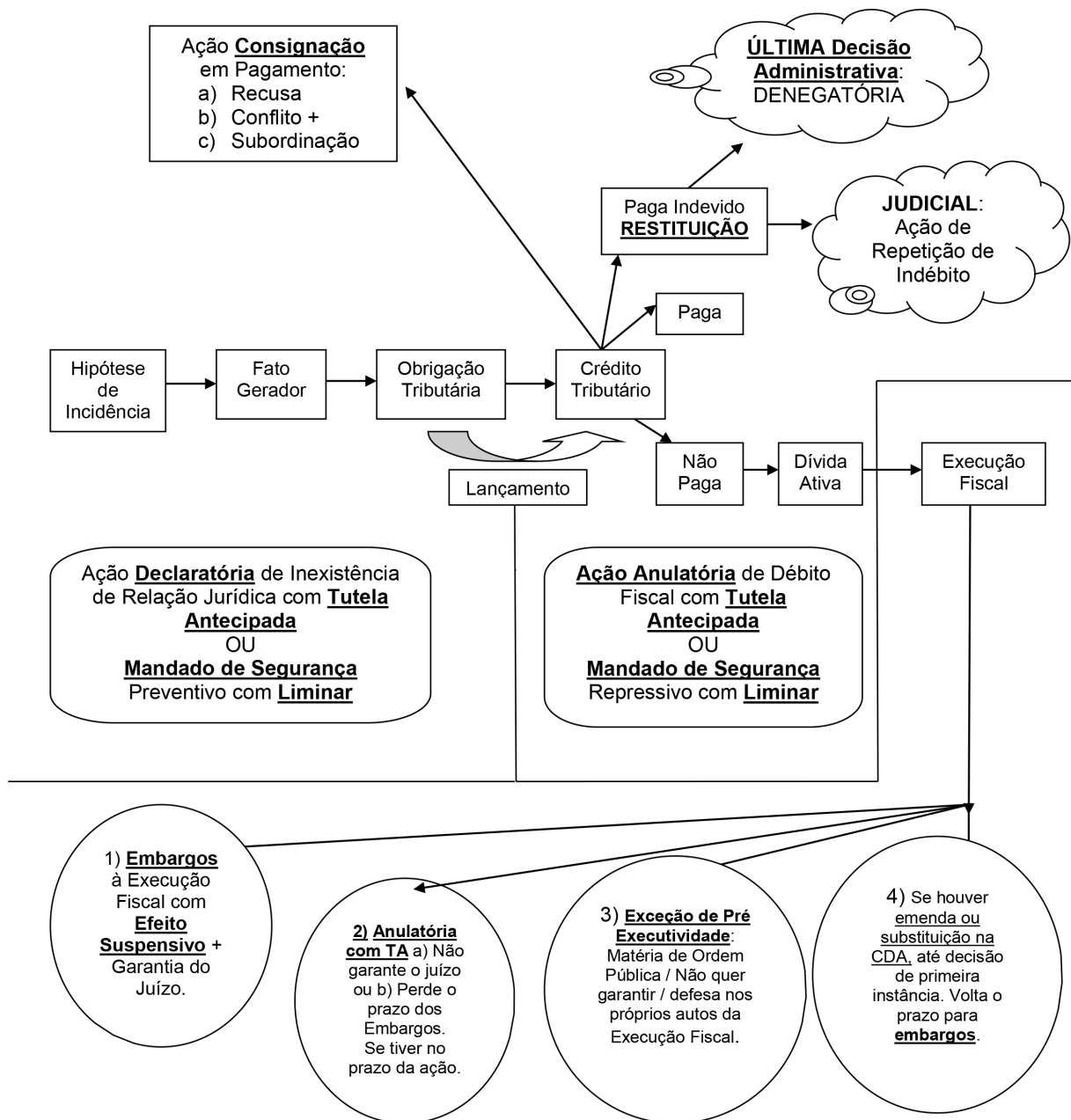
CADERNO DE TREINO DE PEÇAS PROCESSUAIS

2024

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

Estrutura das Iniciais

IDENTIFICAÇÃO DE PEÇAS EM TRIBUTÁRIO



Capítulo 01 – Estrutura das Iniciais

Ao pensar em desenvolver uma inicial, seja ela qual for, devemos ter em mente uma estrutura básica e simples que pode ser aplicada a qualquer peça.

Especificamente em direito tributário temos seis iniciais do contribuinte contra o fisco e duas iniciais do fisco contra o contribuinte e, todas seguem o mesmo padrão, assim como a contestação e a exceção de pré-executividade que não são iniciais, mas possuem a mesma estrutura que será utilizada inclusive para os recursos.

Como esse método prático utilizamos como base o artigo 319 do CPC que nos traz um esqueleto básico para toda e qualquer petição e não apenas a inicial.

Art. 319 do CPC: A petição inicial indicará:

I) o juízo a que é dirigida;

II) os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu;

III) o fato e os fundamentos jurídicos do pedido;

IV) o pedido com as suas especificações;

V) o valor da causa;

VI) as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados;

VII) a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.

§ 1º) Caso não disponha das informações previstas no inciso II, poderá o autor, na petição inicial, requerer ao juiz diligências necessárias a sua obtenção.

§ 2º) A petição inicial não será indeferida se, a despeito da falta de informações a que se refere o inciso II, for possível a citação do réu.

§ 3º) A petição inicial não será indeferida pelo não atendimento ao disposto no inciso II deste artigo se a obtenção de tais informações tornar impossível ou excessivamente oneroso o acesso à justiça.

Para uma melhor compreensão desenvolvemos uma estrutura de onze tópicos que podem ser adaptadas para todas as peças prático profissionais.

* ESQUELETO DAS PEÇAS:

1. Endereçamento
2. Qualificação da parte Autora / Impetrante / Embargante / Excipiente / Apelante / Agravante / Recorrente + ADVOGADO
3. Fundamento da PEÇA
4. Nome da Ação
5. Qualificação da parte RÉ / Autoridade Coatora / Embargado / Excepto / Apelado / Agravado / Recorrido
6. Dos Fatos
7. Cabimento / Tempestividade
8. Preliminar de Mérito – quando houver.
9. Tutela provisória / Liminar / Garantia do Juízo / Efeito Suspensivo / Depósito...
10. Fundamentação Jurídica específica de cada caso.
11. Pedidos.

Passaremos a analisar cada um dos itens que compõem o esqueleto de cada uma das peças.

1. ENDEREÇAMENTO

O primeiro tópico de qualquer petição será sempre o endereçamento previsto no art. 319, I, do CPC, que dispõe:

Art. 319, I, do CPC: o juízo a que é dirigida.

Tal tópico será definido como regra pela natureza do tributo se federal, estadual, distrital ou municipal.

1.1. Regra

O endereçamento, como regra, é definido pela natureza do tributo se federal, estadual, distrital ou municipal.

1.1.1. Tributos federais

No caso de tributos federais tais quais os previstos nos artigos 153 e 154 da Constituição (impostos federais), no artigo 148 da CF (Empréstimo Compulsório) e nos artigos 149 e 195 da Constituição (Contribuição Sociais) o correto é endereçar sua peça para justiça federal.

Exemplo: Ao juízo da ... Vara Federal da seção judiciária ou subseção judiciária.

1.1.2. Tributos estaduais, municipais ou distritais

No caso de tributos estaduais, municipais e ou distritais (arts. 149, § 1º, 149-A, 155, 156 e 156 A da CF) o correto é endereçar sua peça para justiça estadual.

Exemplo: Ao juízo da ... Vara de Fazenda Pública da Comarca do Município do Estado.

⊙ **ATENÇÃO:**

Vale deixar claro que o comando da questão do exame de ordem prevalece sobre qualquer situação. Senão, vejamos:

- a) Se o comando da prova trazer em sua redação "... município de Varginha", o aluno deverá endereçar: "Ao juízo da ... vara de fazenda pública da comarca do município de Varginha do Estado".

O aluno não poderá presumir que Varginha está dentro do estado de Minas Gerais.

- b) Da mesma forma, se o comando da prova trazer em sua redação "... estado do Rio de Janeiro", o aluno deverá endereçar: "Ao juízo da ... vara de fazenda pública da comarca do município do Estado do Rio de Janeiro", sem presumir qualquer informação não fornecida no comando da questão.

1.2. Exceções

Existem alguns casos que necessitam de extrema atenção na hora da prova.

1.2.1. Empresas Públicas

a) Empresa Pública Federal:

A causas em que uma empresa pública federal sejam autoras, rés ou tenham interesse na causa devem necessariamente ser julgados na justiça federal conforme preceitua o artigo 109, I, da Constituição, independentemente da natureza do tributo. Senão vejamos:

Art. 109 da CF: Aos juízes federais compete processar e julgar:

- I) as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;

Deste modo, mesmo que o tributo seja estadual, distrital ou municipal se no polo ativo ou passivo da ação estiver uma Empresa Pública Federal a ação deverá tramitar na justiça federal.

Exemplo: Empresa Pública Federal X IPVA (estadual): Ao juízo da ... Vara Federal da seção judiciária ou subseção judiciária.

Exemplo: Empresa Pública Federal X IPTU (municipal): Ao juízo da ... Vara Federal da seção judiciária ou subseção judiciária.

⊙ **ATENÇÃO:**

A Reforma Tributária positivou no artigo 150 § 2º da Constituição a imunidade recíproca a Empresa de Correios e Telégrafos.

Da mesma forma como ocorreu no 7º Exame de Ordem, vejamos o comando da peça: "A Administração Fazendária de determinado Estado, por entender que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT enquadra-se como contribuinte do IPVA..." tratava de um imposto estadual (IPVA) a ser cobrado dos Correios (Empresa Pública Federal) e, por este último motivo, a peça deveria ser endereçada para justiça federal (art. 109 I da CF).

b) Empresa Pública Estadual, Distrital ou Municipal:

Em contrapartida se a Empresa Pública for do Estado, DF ou Município as causas irão tramitar na justiça estadual, salvo se houver um tributo federal.

Exemplo: Ao juízo da ... Vara de Fazenda Pública da Comarca do Município do Estado.

Capítulo 02 – Iniciais e Petições Incidentais em Direito Tributário

O direito processual tributário se subdivide basicamente em ações do contribuinte contra o fisco e do fisco contra o contribuinte.

Na primeira situação, ações do contribuinte contra o fisco temos: declaratória, anulatória, mandado de segurança individual e coletivo, repetição de indébito e cumuladas, ação de consignação em pagamento, embargos à execução fiscal.

No segundo caso, ações do fisco contra o contribuinte temos: ação de execução fiscal e medida cautelar fiscal.

Vale destacar que o contribuinte também poderá apresentar exceção de pré executividade apresentada tão somente como peça incidental dentro da execução fiscal para alegar matéria de ordem pública.

Diante dessas considerações iniciais passaremos a estudar cada uma das ações de forma individual e sua redação do início ao fim.

1. QUADRO PARA DIFERENCIAR AS AÇÕES DECLARATÓRIA, ANULATÓRIA, MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO E REPRESSIVO

	Declaratória	Anulatória	MS Preventivo	MS Repressivo
Antes do Lançamento	OK	--	OK	--
Após o lançamento	--	Ok	--	OK
Medida mais célere (mais ágil)	OK	OK	OK	OK
Prova meramente documental (Sem produção de provas) Provas Pré Constituídas	OK	OK	OK	OK

MODELO DE REDAÇÃO DA PEÇA:

1	AO JUÍZO DA ... VARA FEDERAL DA SEÇÃO
2	OU SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO ALFA.
3	<i>Empresa Pública Federal, exploradora da atividade econômica,</i>
4	<i>pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº..., inscrição estadual nº</i>
5	<i>..., e-mail, por meio de seu representante legal, com sede na ..., devi-</i>
6	<i>damente representada por seu advogado legalmente constituída om</i>
7	<i>procuração nos autos do processo e escritório profissional localizado</i>
8	<i>na... onde receberá as intimações, requer a Vossa Excelência com fun-</i>
9	<i>damento no artigo 19, I, do CPC e artigos 300 e 303 do CPC ajuizar</i>
10	AÇÃO DECLARATÓRIA DE
11	INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA
12	COM TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA ANTECIPADA
13	<i>em face do Município Delta, pessoa jurídica de direito público interno, na</i>
14	<i>pessoa de seu representante legal, como domicílio no local de sua repartição,</i>
15	<i>pelos fatos e fundamentos jurídicos que a seguir serão expostos.</i>
16	I) DOS FATOS
17	<i>O Prefeito do Município Delta do estado Alfa publicou em</i>
18	<i>10/07/2023 o Decreto nº 1234 determinando o aumento da alíquota</i>
19	<i>de seu IPTU. Em seu texto está descrito que o referido aumento passaria</i>
20	<i>a produzir efeitos na data da publicação da norma. O ato foi publicado</i>
21	<i>na mídia local provocando diversos protestos entre os moradores da</i>
22	<i>região. A Empresa Pública Federal, exploradora da atividade econô-</i>
23	<i>mica, com sede principal localizada na referida municipalidade, lhe</i>
24	<i>procurou na qualidade de advogado para redigir a ação cabível para</i>
25	<i>defesa de seus interesses com necessidade de dilação probatória.</i>
26	II) DO CABIMENTO E DA TEMPESTIVIDADE
27	<i>A presente ação é cabível pois não houve lançamento e se faz ne-</i>
28	<i>cessário a produção de provas (art. 19, I, do CPC) sendo tempestiva</i>
29	<i>por ter sido apresentada em 5 anos.</i>
30	III) DA TUTELA

TREINO N° 01 **PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL (VI EXAME DE ORDEM ADAPTADO):**

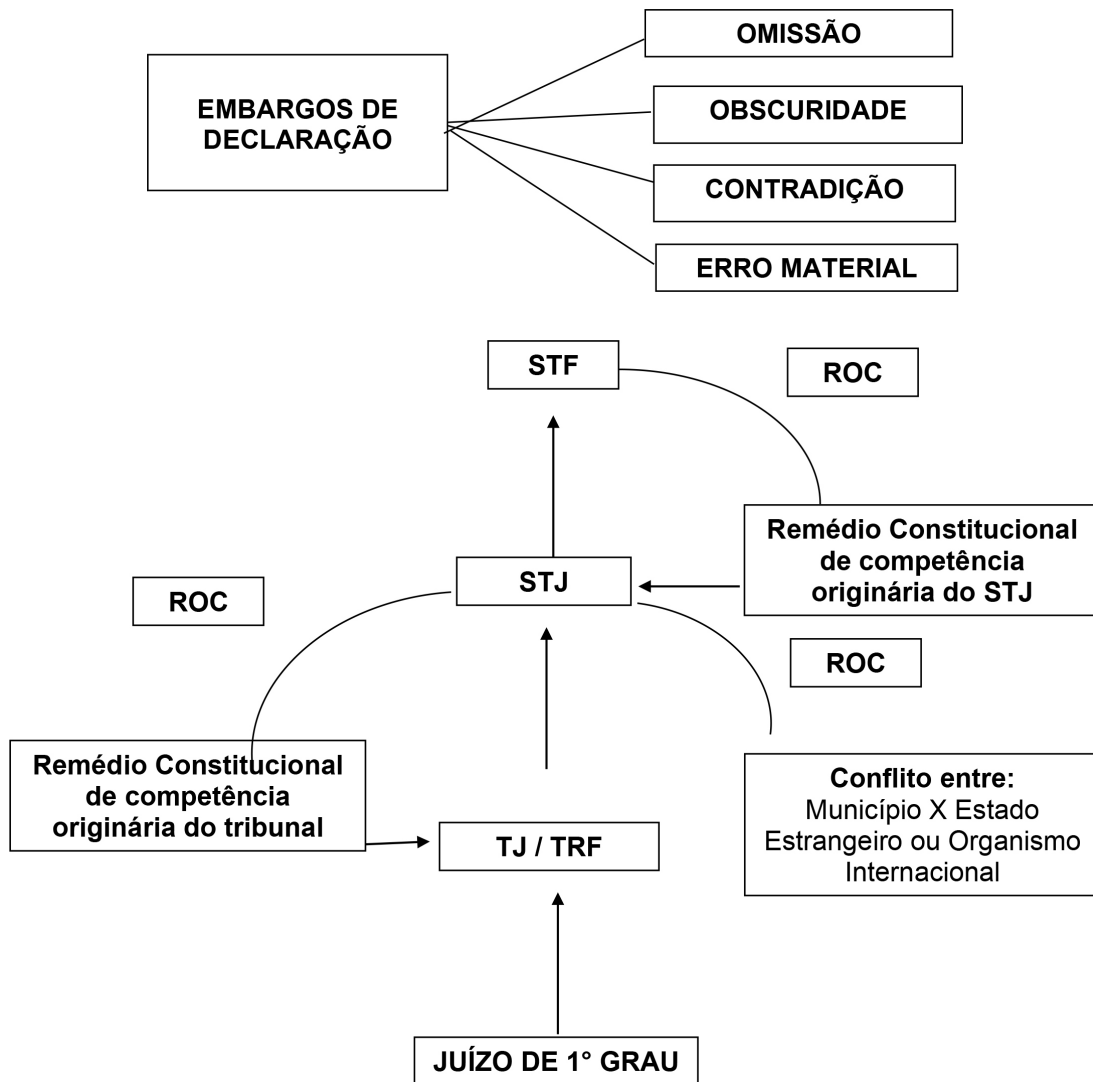
A Administração Fazendária de determinado Estado, por entender que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT enquadra-se como contribuinte do IPVA incidente sobre os novos veículos de sua frota, adquiridos e emplacados em seu território, temendo futura cobrança do imposto, não efetuou o pagamento e entendendo não ser seu contribuinte, ante a relevância dos serviços de natureza postal para a população lhe procurou na qualidade de advogado para viabilizar demanda judicial para a defesa dos seus interesses, uma vez que não houve oferecimento de defesa administrativa em tempo hábil.

Na qualidade de advogado contratado pela ECT redija a petição pertinente que traga o rito mais célere, com base no direito material e processual tributário, ciente da necessidade de outras provas, que não sejam documentais. (Valor: 5,0)

ESQUELETO DA AÇÃO	
1. Endereçamento	
2. Autor + advogado	
3. Fundamento da peça	
4. Nome da peça	
5. em face	
6. Fatos	
7. Cabimento e tempestividade	
8. Preliminar de mérito	
9. ...	
10. Direito / Mérito / Tese	
11. Direito	

PEÇA PRÁTICO PROFISSIONAL 1/5

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



O artigo 994 do CPC traz a previsão do rol dos recursos.

Art. 994 do CPC: São cabíveis os seguintes recursos:

- I – apelação;
- II – agravo de instrumento;
- III – agravo interno;
- IV – embargos de declaração;
- V – recurso ordinário;
- VI – recurso especial;
- VII – recurso extraordinário;
- VIII – agravo em recurso especial ou extraordinário;
- IX – embargos de divergência.

O recurso de agravo de instrumento, agravo interno e embargos de declaração são estruturados nos mesmos 11 (onze) tópicos e os demais também nos mesmos 11 (onze) tópicos, mas com folha de rosto e as razões dos recursos.

ESQUELETO BÁSICO DOS RECURSOS

SEM FOLHA DE ROSTO

Agravo de Instrumento, Agravo Interno, Agravo em RESP e RE, Embargos de Declaração e Embargos de Divergência

1. Endereçamento
2. Qualificação do Recorrente + ADVOGADO
3. Fundamento da PEÇA
4. Nome da Peça
5. Em face da decisão + qualificação do Recorrido
6. Dos Fatos
7. Cabimento / Tempestividade
8. Preliminar de Mérito – quando houver.
9. Efeito Suspensivo ou Tutela Recursal.... ADAPTAR a peça
10. Fundamentação Jurídica específica de cada caso.
11. Pedidos.